

## **CONSTITUINDO O BEBÊ COMO UM CONCEITO TEÓRICO NO INTERIOR DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA**

Gabriela Guarnieri de Campos Tebet – UFSCar

Anete Abramowicz – UFSCar

Agência Financiadora: CNPq

Em 1982, Chris Jenks apresentou um texto denominado “Constituindo a criança” que foi um esforço teórico para constituir a criança, de maneira a fazer frente às abordagens que abandonavam as crianças “quer à ignorância e a um estatuto secundário, quer a uma diferença radical e a um mundo bipartido” (JENKS, 2002, p. 214). Desde então, e a partir de outras tantas publicações de autores diversos (entre eles, por exemplo, James e Prout, 1990; Qvortrup, 1993, Corsaro, 1997, Alanen e Mayall, 2001), temos observado avanços constantes nos Estudos da Infância e da Criança, para construir teoricamente os conceitos “criança” e “infância” e avançar no sentido de olhar para as crianças numa perspectiva social, tomando-as como protagonistas na vida social e compreendendo sua ação positiva e ativa nos processos de socialização.

Até a década de 1980 os estudos sobre as crianças se assentavam, sobretudo em abordagens que privilegiavam a compreensão da criança como ser biológico ou em desenvolvimento, e buscavam um modelo teórico idealizado que não levava em consideração a pluralidade de contextos sociais, étnico-raciais culturais e históricos que as constituíam. Estas abordagens (representadas especialmente pelas teorias de Rousseau, Hobbes, Locke, Freud, Piaget) são denominadas por James, Jenks e Prout (1998) como “pré-sociológicas”. A partir da década de 1980, observa-se um avanço das teorias sociológicas em relação às crianças e à infância - hoje comumente denominadas como “Sociologia da Infância”; todavia, os bebês continuam ocupando apenas uma condição marginal em tais teorias.

De acordo com Alanen (2001b, 2010, 2012), estas teorias que se desenvolvem sob o título de Sociologia da Infância” podem ser agrupadas em 3 distintas abordagens: uma “Sociologia das Crianças” que tem como foco o estudo das vidas concretas das crianças e do modo como participam de seus mundos sociais específicos e do mundo social compartilhado com os adultos, uma “Sociologia desconstrucionista (da noção) de crianças e infâncias”<sup>1</sup>, que assume que os conceitos ‘criança’, ‘crianças’, infância etc, são construções sociais discursivas que orientam nossa ação em relação às crianças, e

---

<sup>1</sup> Esta abordagem também é denominada por Alanen (2012) como “Sociologia do Discurso das Crianças e da Infância”.

por fim, Alanen se remete à uma “Sociologia da Infância Estrutural” no interior da qual se distingue a abordagem categorial e a abordagem relacional. Para ela, estas abordagens estudam a infância em um contexto estrutural, como um elemento (geracional) permanente das sociedades modernas (Alanen, 2001b).

Isto considerado, optamos por trabalhar com os textos dos teóricos “de língua inglesa” devido à importante contribuição que eles têm dado ao campo, tal como apontado por Montandon (2001) e devido ao fato de que entre os autores de língua inglesa, foi possível encontrar autores protagonistas das abordagens da Sociologia da Infância citadas. A partir da análise da produção bibliográfica de Alison James, Chris Jenks, Alan Prout (protagonistas da “Sociologia do Discurso da Criança e da Infância”), Jens Qvortrup e Leena Alanen (autores que sustentam a Sociologia da Infância Estrutural em suas duas abordagens) e William Corsaro (um dos pioneiros da Sociologia das Crianças dentre os autores de língua inglesa), problematizamos a utilização de conceitos e metodologias, para o estudo dos bebês, propostos para o estudo das crianças (tais como os conceitos de infância, geração, e culturas de pares) e ressaltamos a necessidade de constituirmos teoricamente o bebê no interior dos Estudos da Infância, como uma categoria analítica independente.

Cada uma dessas abordagens nos traz implicações diversas para o estudo dos bebês e para o campo teórico dos estudos da criança e da infância. Cada uma delas se interessa por questões distintas e se apoia em metodologias próprias e não devem ser vistas como concorrentes, devendo ser compreendidas como “lentes complementares a serem utilizadas para pesquisar crianças e suas condições sociais” (ALANEN, 2004, p. 6 - livre tradução). Assim, no interior desse movimento, iluminamos a presença/ausência dos bebês no interior do campo da infância e indicamos algumas linhas para que eles possam ser pensados mais singularmente. Entendemos que olhar para os bebês, a partir da Sociologia da Infância (ou da Antropologia, da Geografia, da Filosofia, etc.) implica reconhecer a especificidade dos bebês na tessitura social, bem como reconhecer as limitações do campo para o seu estudo. Implica ultrapassar a fase de “extensão conceitual” e inaugurar uma fase de “reconstrução teórica”, tal como ocorreu com os Estudos da Infância e com os Estudos Feministas (Alanen, 2010). É este movimento que nos inserimos, a partir do diálogo com as distintas abordagens da Sociologia da Infância de língua inglesa: um movimento de reconstrução teórica dos bebês no interior da Sociologia da Infância.

No interior das Sociologias da Infância Estruturais, Alanen (2001b, 2010, 2012) indica a existência de duas perspectivas distintas: a Sociologia da Infância estrutura-categorial e Sociologia da Infância Estrutural-relacional. A primeira é marcada pelas ideias de Qvortrup e pela centralidade dos conceitos “infância”, “geração” e “estrutura” em sua obra. A segunda tem como principais autoras Berry Mayall e a própria Leena Alanen e adota como conceitos centrais o “campo” e a “estruturação geracional”, numa perspectiva relacional.

A partir de estudos macroestruturais e comparativos, o sociólogo dinamarquês Jens Qvortrup em diversas de suas publicações (QVORTRUP, 1993, 1994, 1999, 2002, 2005a, 2005b, 2005c) busca definir a infância em termos conceituais, isto é, em termos daquilo que é comum a todas as crianças e destaca para isso, a importância de que pesquisas estatísticas adotem as crianças como uma categoria independente de análise de dados, oferecendo assim elementos para pesquisas sobre a infância. Ou seja, na sua perspectiva a infância (singular) é um conceito estrutural e analítico tal como classe social, gênero etc.

No que diz respeito ao estudo dos bebês, ressaltamos as limitações dos conceitos trazidos pelo autor e apontamos que para os bebês, a infância existe apenas como potencialidade, mas nunca como coletividade ou realidade concreta tal como conceitua Mannheim (1982), pois a ideia de “geração enquanto realidade” envolve a existência de um nexos concreto entre os participantes de uma dada geração, que não ocorre no caso dos bebês, e a noção de “estrutura” pouco contribui para o estudo da condição singular vivida pelos bebês.

Assim, ainda que pesquisas macroestruturais e comparativas possam ser realizadas tendo os bebês como categoria analítica, pesquisas dessa natureza somente nos proverão de informações sobre a geração dos bebês como potencialidade.

Numa perspectiva distinta, Alanen parte de um diálogo com Pierre Bourdieu para discutir a infância a partir de uma abordagem estrutural-relacional. Para a autora, as estruturas geracionais não são estruturas fixas, predefinidas em toda sociedade, já que são construídas por meio das relações sociais. Alanen destaca a existência de redes de relações por meio das quais as gerações são construídas cotidianamente, e adota como conceitos-chave em seu trabalho as noções de “estruturação geracional”, “ordenamento geracional” e “campo” de acordo com Bourdieu e Wacquant (1992). Em termos metodológicos, propõe o estudo das disputas intergeracionais existentes no interior de

cada campo e o papel desempenhado por seus agentes e atores, isto é, propõe a análise dos campos científicos, tal como definida por Bourdieu (1983).

No interior da perspectiva estrutural, a abordagem proposta por Alanen tem a vantagem de levar em consideração as redes de relações que envolvem os bebês. A teoria dos campos de Bourdieu e a metodologia de pesquisa a ela inerente permitem estudarmos a posição ocupada pelos bebês em distintos campos (tal como a família), bem como as práticas e relações por meio das quais os bebês deixam de ser meros participantes amadores e progressivamente se constituem como agentes no interior dos campos de que participam, passando assim da condição de bebê para a condição de criança. Mas mesmo assim a ideia de campo é insuficiente para entender o percurso dos bebês, pois este infletem singularmente os lugares, o espaço também o tempo, como destacaremos ao apresentar as contribuições da Sociologia do Discurso das Crianças e da Infância. Além disto, para Bourdieu a noção de campo implica na noção de sujeito já constituído como indivíduo.

No que tange as contribuições da Sociologia da Criança, trouxemos para o debate as ideias de William Corsaro. O autor se pauta nas ideias de Goffman, Giddens e Geertz e adota como conceitos centrais as noções de “culturas de pares” ou “culturas infantis”. Seus estudos utilizam como metodologia a etnografia, a fim de captar os elementos das culturas infantis. A partir da interpretação dessas culturas, Corsaro desenvolve o conceito de “Reprodução Interpretativa” para se remeter às características produtivas e reprodutivas que marcam as culturas das crianças.

Todavia, a ideia de culturas de pares não se aplica aos bebês, uma vez que para o autor, esses possuem uma ação limitada nas rotinas culturais e não constituem “grupos de pares”. Assim, frente à insuficiência dos conceitos da Sociologia da Infância Estrutural e da Sociologia da Criança para os estudos dos bebês, buscamos as contribuições da Sociologia do Discurso das Crianças e da Infância, sobretudo presentes em textos de Jenks (2005) e Prout (2005 e 2010) e propomos um diálogo com o conceito de “processos de singularização” (GUATTARI e ROLNIK, 1986), mas destacamos a potencialidade do modelo da teia global de Corsaro para o estudo das redes e agenciamentos criados pelos bebês nos diversos espaços e campos em que estão inseridos.

O debate realizado pela Sociologia do Discurso das Crianças e da Infância se assenta nos conceitos de “regimes de verdade”, “discurso”, “controle”, “governo das crianças” e outros de Michel Foucault, e no conceito de “rizoma” de Gilles Deleuze

e Félix Guattari. A partir do debate proposto por Prout (2005, 2010) e Jenks (2005b), os conceitos de “transgressão” (FOUCAULT, 2006; BATAILLE, 2001, citado por JENKS, 2005b), “Imanência” (DELEUZE, 1995; PROUT, 2005) e elementos da teoria do ator-rede (LATOURETTE, 1993 citado por PROUT, 2005, 2010) também são trazidos à tona e nos permitem um outro olhar para a criança e para o bebê, que extrapola as noções de criança e infância como construções discursivas. É a partir deste novo olhar que buscamos constituir o bebê como diferença e singularidade e como um conceito distinto do conceito “criança”.

### **Constituindo o bebê conceitualmente**

O conceito de bebê que defendemos se constrói a partir do pensamento de autores pós-estruturais, sendo compreendido como singularidade e diferença, imanência e transgressão.

A ideia de transgressão utilizada por Jenks vincula-se à ideia de limite, não havendo um sem que haja o outro. De acordo com Suleiman, “a experiência da transgressão é indissociável da consciência das limitações e proibições que ela viola; de fato, é precisamente por meio da sua transgressão que a força da proibição se torna plenamente realizada” (SULEIMAN, 1990, p. 118, citado por JENKS, 2005b).

Deste modo Jenks afirma, concordando com Foucault (2006), que a transgressão não é algo negativo, mas sim o desígnio da diferença que rompe com a noção de normalidade. É a negação do modelo que possibilita a experimentação da liberdade e faz emergir as singularidades.

Tendo em vista que o modelo social adotado na maior parte das sociedades é um modelo adultocêntrico, que assume o padrão adulto de linguagem, conduta e relacionamentos como o padrão de normalidade, a criança não pode ser compreendida senão como representante da patologia, da diferença e da transgressão - um anormal -, uma vez que não se enquadra no modelo adulto: elas “ignoram as normas, as regras e as convenções da sociedade adulta” (JENKS, 2005, p. 122) e “destacam, uma vez mais, a infatigável, inerente e infinitamente variável capacidade humana de transgredir” (JENKS, 2005, p. 127).

De acordo com o autor, as transgressões das crianças expõem a fragilidade do poder adulto, mas elas não visam criticar a ordem, ao contrário, são inerentes ao sistema

normativo, de modo que o estudo das transgressões pode nos oferecer dados para a análise dos nossos meios de controle dominantes e podem oferecer subsídios para refletirmos sobre a base moral dos nossos limites sociais.

Inicialmente, seria possível afirmarmos que o conceito de transgressão proposto para o estudo das crianças não se aplica ao estudo dos bebês, considerando que esses não possuem consciência das regras que transgridem e que, para Foucault (2006), esta é uma das características da transgressão. Porém, ainda assim, o conceito de transgressão e, sobretudo, a metodologia de pesquisa a ele inerente podem ser significativamente úteis para o estudo dos bebês<sup>2</sup>, uma vez que o conceito de transgressão existe fora da linguagem e permite contornar o problema da não compreensão da linguagem dos bebês por parte dos pesquisadores, apontado entre outros por Gottlieb (2009).

De acordo com Foucault, “a linguagem está quase inteiramente por nascer onde a transgressão encontra seu espaço e seu ser iluminado” (FOUCAULT, 2006, p. 32). O pensamento transgressivo, deste modo, não possui um modelo, um fundamento, nem tampouco um vocabulário ou linguagem própria e o desafio que se coloca é “tentar falar dessa experiência e fazê-la falar no próprio vazio da ausência de sua linguagem, lá onde precisamente as palavras lhe faltam” (FOUCAULT, 2006, p. 36-37).

Este é também o desafio que se coloca para as pesquisas com bebês e que precisa ser vencido e a metodologia que se coloca para o estudo dessa diferença, dessa singularidade que a transgressão constitui. É o estudo da singularidade em oposição à individualidade do ser que precisa ser configurado assim como a produção e invenção de conceitos para dar conta deste espaço tempo que habita o bebê, numa espécie de fratura: entre a linguagem e não, entre a individuação e o (as)sujeitamento e não. É o estudo das linhas de imanência que marcam, especialmente, a vida dos bebês e que independe da linguagem dos seres singulares em questão.

Esse conceito de imanência pode ser encontrado no debate de Prout (2005) sobre o futuro da infância e se refere exatamente ao aspecto singular que existe em uma vida. De acordo com o autor,

---

<sup>2</sup> Sobretudo tendo em vista que os bebês se singularizam a partir de agenciamentos que fazem na relação com as pressões e as forças sociais, o que poderia ser compreendido de certo modo como um tipo de transgressão.

As crianças se esforçam para se tornar aquilo que elas desejam ser, criando o que Deleuze define como uma ‘linha (ou plano) de imanência’. A criação dessa linha envolve uma dupla atividade. Crianças traçam uma trajetória que negocia as mais rígidas estruturas e expectativas estabelecidas ao seu redor, o que Deleuze denomina como ‘linhas (ou planos) de organização’ (PROUT, 2005, p. 113).

Essas linhas de organização incluem as instituições, tais como a família e a escola, que visam moldar as crianças, fixando-as no interior de um padrão de normalidade (em geral binário<sup>3</sup>). Todavia, as crianças escapam frequentemente dessas imposições. Por meio das linhas de imanência, elas “dissolvem essas segmentalizações e divisões binárias, ignorando e hibridizando-as e criando novas entidades” (PROUT, 2005, p. 113).

Compreender os bebês a partir dos conceitos de vida singular e imanência é, portanto, compreendê-los como seres pré-individuais, tendo em vista que, de acordo com Deleuze, é a singularidade que marca a condição pré-individual do ser. O autor afirma:

Singular sem ser individual, eis o estado do ser pré-individual. Ele é diferença, disparidade, disparação (...) Mundo imbricado de singularidades discretas, tanto mais imbricado quanto mais estas não estejam ainda se comunicando ou não estejam tomadas numa individualidade: é este o primeiro momento do ser (DELEUZE, 2006, p. 118).

Este primeiro momento do ser ao qual o autor se remete pode ser denominado como “natureza”, tal como indica Simondon, se essa for entendida no sentido pré-socrático, como a condição do possível e do indeterminado e não como o contrário do homem. Natureza compreendida como a primeira etapa da vida humana, como a condição do ser pré-individual.

O conceito de bebê que constituímos, portanto, é o conceito do bebê como ser singular<sup>4</sup>, pré-individual. Os bebês são o devir, são exemplos de diferença e carregam consigo a potencialidade de fazer emergir novas formas de ser, de relacionar-se e de viver. Nesse sentido, são natureza (Simondon), porque ainda não assimilaram as regras e restrições sociais do “plano de organização”, porque ainda não se configuraram como

---

<sup>3</sup> Marcado pelas dicotomias natureza/cultura, masculino/feminino, adulto/criança, etc.

<sup>4</sup> Há de se destacar aqui que a noção de singular nada tem a ver com o debate entre infância plural ou singular travado entre os sociólogos da infância de língua inglesa. No interior desse debate a compreensão da singularidade do bebê implica pensar o conjunto dos bebês como plural e nunca como singular.

indivíduos. Estão imersos num plano de imanência e de possibilidades. De acordo com Deleuze:

As singularidades ou os acontecimentos constitutivos de uma vida coexistem com os acidentes da vida correspondente, mas não se agrupam nem se dividem da mesma maneira. Eles se comunicam entre si de uma maneira completamente diferente da dos indivíduos. Parece mesmo que uma vida singular pode passar sem qualquer individualidade ou sem qualquer outro concomitante que a individualize. Por exemplo, os recém-nascidos são todos parecidos e não têm nenhuma individualidade; mas eles têm singularidades, um sorriso, um gesto, uma careta, acontecimentos, que não são características subjetivas. Os recém-nascidos, em meio a todos os sofrimentos e fraquezas, são atravessados por uma vida imanente que é pura potência, e até mesmo beatitude (DELEUZE, 1995, s/p.).

Ao assumir essa concepção do bebê como um ser pré-individual e singular, há de se refletir sobre os trajetos, por meio dos quais os bebês transitam e traçam, entre os planos de imanência e de organização, e sobre as relações, a partir das quais paulatinamente os bebês são individuados. Há de se refletir sobre os processos de singularização, bem como sobre a carga de pré-individualidade que não está totalmente ausente no adulto (mas é outro debate) que permanece na criança após o processo de individuação, e que é compreendida como uma fonte de metaestabilidade capaz de produzir novas individuações. Mas o ser pré-individual e singular é o bebê, mesmo que sobre ele atua incessantemente os processos de individuação e de constituição do sujeito, quando por exemplo, antes mesmo de seu nascimento as cores que caracterizam o gênero: rosa e azul, já habitam e infletem com intensidade a construção deste sujeito.

Para atingir tal objetivo, consideramos que a teoria do ator-rede de Latour (apresentada por PROUT, 2005, 2010), a cartografia<sup>5</sup>, a esquizoanálise (GUATTARI, 1985) e a elaboração de mapas de trajetos e de afetos (DELEUZE, 1997) podem trazer interessantes possibilidades para as pesquisas com bebês na perspectiva aqui indicada.

Na teoria do ator-rede à qual Prout (2010) se remete, tanto a sociedade, como as organizações, os agentes e as máquinas são compreendidos como resultados de uma rede heterogênea constituída da relação de elementos humanos (atores) e não humanos

---

<sup>5</sup> “Para os geógrafos, a cartografia – diferentemente do mapa, representação de um todo estático, – é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem. Paisagens psicossociais também são cartografáveis. A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornam-se obsoletos.” (Rolnik 1989, p.15)



(*actantes*). Dessas interações, podem emergir inúmeras versões de crianças ou de adultos e a questão central, nessa perspectiva é, portanto, “verificar como diferentes versões de criança ou adulto emergem da interação complexa, das redes e da orquestração de diferentes materiais naturais, discursivos, coletivos e híbridos” (PROUT, 2010, p. 747). O desafio para aqueles que pesquisam os bebês é que se deve traçar as linhas que eles percorrem, aquilo que os afetam, os percursos que realizam, a maneira como se relacionam etc.

A ideia de rede, defendida por Latour, se aproxima muito da ideia de rizoma de Deleuze e Guattari<sup>6</sup> e demanda a compreensão de fluxos e o estudo dos deslocamentos de objetivos, interesses, dispositivos e seres humanos. Implica observar o “desvio de rota, invenção de um elo que antes não existia e que de alguma maneira modifica os elementos imbricados” (FREIRE, 2006, p. 51).

Deste modo, uma perspectiva metodológica que potencializa o debate oferecido pela teoria do ator-rede, é aquela que tenha como foco a ação, em lugar do fato e que seja “capaz de cartografar tais redes em termos de sua geografia - principais *actantes*, porta-vozes e respectivas conexões - e de sua dinâmica - fluxos das diferentes traduções” (NOBRE e PEDRO, 2010, p. 52).

De acordo com Nobre e Pedro, nesse processo a preocupação do pesquisador deve ser o registro e não a interpretação. Eles afirmam:

Assim como um detetive que rastreia as ruelas enigmáticas do seu caso investigativo, nós devemos seguir as pistas que aparecem a cada momento, os mediadores que nos convocam a desviar, construir caminhos, costurar circuitos. Uma frase ecoa nesse momento: “(...) registrar, não filtrar; descrever, não disciplinar.” (LATOURE, 2008, p. 86). Desse modo, devemos buscar seguir tais indícios, aplainando um terreno ruidoso, por meio de uma cartografia, focalizando nos mediadores; nenhuma explicação que reporte a uma dimensão de profundidade, apenas o terreno sinuoso dos deslocamentos e seu mapeamento (NOBRE e PEDRO, 2010, p. 54).

---

<sup>6</sup> De acordo com Deleuze e Guattari (2000, capa), “Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo "ser", mas o rizoma tem como tecido a conjunção "e... e... e..." Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser.” O pensamento rizomático (e a própria ideia de rizoma) pode ser compreendido ainda, de acordo com Olson (2009) não como uma escadaria, onde é preciso dar o primeiro passo, para depois dar o próximo, mas como um emaranhado de spaghetti, onde não há começo e nem fim.

Tal como nos escritos de Foucault, há uma rejeição a qualquer esforço de interpretação. Na teoria do ator-rede há uma necessidade de descrever sem explicar (FREIRE, 2006), razão pela qual a cartografia se torna um instrumento interessante, sobretudo se considerarmos que, de acordo com Deleuze, as crianças estão sempre envolvidas em “explorar os meios, por trajetos dinâmicos, e traçar o mapa correspondente” (DELEUZE, 1997, p. 73), atividade inerente também aos bebês, uma vez que de acordo com o autor:

Não existe momento algum em que a criança não esteja mergulhada num meio atual que ela percorre, em que os pais<sup>7</sup> como pessoas só desempenham a função de abridores ou fechadores de portas, guardas de limiares, conectores ou desconectores de zonas. Os pais estão sempre em posição num mundo que não deriva deles. Mesmo no caso do bebê, os pais se definem em relação a um continente-cama como agentes nos percursos da criança (DELEUZE, obra citada, p. 74).

Assim, estudar os bebês não é estudar o indivíduo, assim como não é estudar nenhuma verdade objetiva dada a priori. É estudar o devir. Como afirma Deleuze:

Vemos claramente porque o real e o imaginário tinham de ser superados, ou mesmo intercambiar-se: um devir não é imaginário, assim como uma viagem não é real. É o devir que faz, do mínimo trajeto ou mesmo de uma imobilidade no mesmo lugar, uma viagem; e é o trajeto que faz do imaginário, um devir. Os dois mapas, dos trajetos e dos afetos, remetem um ao outro (DELEUZE, 1997, p. 77).

Estudar os bebês é, portanto, estudar as redes que constituem as crianças e os movimentos dos bebês entre esses planos de imanência e de organização, cartografando os trajetos e os afe(c)tos, que constituem os movimentos das crianças e registrando, assim, as singularidades inerentes à condição pré-individual do bebê.

Este é o horizonte que se coloca para as pesquisas com bebês a partir da abordagem proposta pelos teóricos com os quais dialogamos neste item e é também o horizonte que aqui defendemos.

### **Considerações finais**

---

<sup>7</sup> E nesse caso poderíamos pensar também nos professores.

O debate aqui realizado é parte de um movimento que visa trazer para as pesquisas sobre bebês, as contribuições dos Estudos da Infância, fazendo também dos bebês um objeto de interesse da Sociologia da Infância. A partir de um diálogo com os principais autores da Sociologia da Infância de língua inglesa, evidenciamos a inadequação do uso alguns conceitos consagrado na Sociologia da Infância quando utilizados para o estudo de bebês – tais como “geração” e “cultura de pares”. A partir de tais reflexões, destacamos que “bebês” não são “crianças” e não podem ser estudados a partir dos mesmos conceitos e metodologias.

A partir das ideias apresentadas, sobretudo por Jenks (2005) e Prout (2005, 2010) construímos a noção de que os bebês podem ser compreendidos como seres pré-individuais, imersos em uma condição de metaestabilidade onde tudo escapa. Onde tudo é potência e nada está dado. Os bebês são, deste modo, constituídos como devires, seres singulares, que habitam um tempo-espaço complexo e caótico, do ponto de vista dos adultos - que é o momento anterior à infância.

A condição do bebê não está, portanto, vinculada a uma idade específica. Não há uma data para se deixar de ser um bebê, assim como não há um ritual específico de passagem da condição de bebê para a condição de criança. O que existem são processos de individuação que ocorrem por meio das inúmeras redes que os bebês constroem com os seres humanos e não humanos (atores e *actantes*) ao seu redor e cabe ao pesquisador cartografar, traçar estas linhas. Processos que fazem da diferença, identidade.

Quando a individuação ocorre, o caos se torna administrado, a diferença se evade e há uma solução para aquele sistema problemático. Então o bebê sai daquela condição caótica de instabilidade, para se constituir como criança. Mas a condição pré-individual permanece associada a ela (assim como está associada a todo indivíduo) como fonte de estados metaestáveis futuros e é somente em razão dessa condição pré-individual, que novas possibilidades se abrem para os indivíduos e novas individuações podem ocorrer ao longo da vida.

A partir destes conceitos, apontamos para a necessidade de metodologias de pesquisa que sejam capazes de lidar com essa condição inerente ao bebê. Metodologias que busquem compreender os bebês, seus movimentos e as redes tecidas por eles, com eles e para eles. Apontamos metodologias capazes de olhar para o bebê em sua potência e singularidade e nos remetemos ao método transgressivo de Bataille (citado por JENKS, 2005), às metodologias propostas pela teoria do ator-rede (discutida por

PROUT, 2010) e à cartografia proposta por Deleuze/ Guattari (e discutida por PROUT, 2005), como algumas alternativas promissoras.

A partir dessas reflexões defendemos a ideia de que a condição vivida pelo bebê é distinta da condição da criança, uma vez que a criança é um ser que, de algum modo, já foi individuado, apesar de “habitar” também na condição pré-individual, mas já constituiu para si uma identidade geracional, de gênero, de raça, de pertencimento familiar e de pertencimento a um grupo de amigos, enquanto o bebê é um ser ainda totalmente preenchido de uma condição pré-individual. O bebê não construiu ainda a sua identidade, ele é o devir, é a singularidade da diferença e a potencialidade de fazer emergir novas formas de ser e de relacionar-se, e desta maneira necessitamos de repertório teórico próprio que seja capaz de compreender, não interpretar, mas traçar, cartografar os movimentos singulares, a linguagem na sua ausência que denominamos de fratura e que habita o bebê.

Assim, para finalizar este artigo, independente de sobre qual bebê específico nós estejamos falando, seja um bebê indiano, vietnamita, japonês, russo ou brasileiro, cabe afirmar: um bebê não é uma criança!

### Referências Bibliográficas

- ALANEN, L. Estudos Feministas/Estudos da Infância: paralelos, ligações e perspectivas. In: CASTRO, L. R. (Org.). **Crianças e Jovens na Construção da Cultura**. Rio de Janeiro: NAU, 2001a. p. 69-92.
- \_\_\_\_\_. *Explorations in generational analysis*. In: Alanen e Mayall. **Conceptualizing Child-Adult Relations**. London, New York: Routledge/Falmer, 2001 b. p. 11-23.
- \_\_\_\_\_. *Theorizing children's welfare*. Trabalho apresentado no Wellci network workshop 1: New perspectives on childhood. Leeds, Reino Unido, 2004. Disponível em: <[http://ciimu.org/webs/wellchi/reports/workshop\\_1/w1\\_alanen.pdf](http://ciimu.org/webs/wellchi/reports/workshop_1/w1_alanen.pdf)>
- \_\_\_\_\_. Teoria do bem-estar das crianças. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, Tema em destaque: estudos sociais sobre a infância. p. 689-691, set./dez. 2010.
- \_\_\_\_\_. *L'infanzia come concetto generazionale*. In: Hengst, Heinz e Zeiher, Helga (orgs.). **Per una Sociologia dell'infanzia**. Milão: Franco Angeli, 2012.
- ALANEN, L.; MAYALL, B. **Conceptualizing Child-Adult Relations**. London and New York: Routledge/Falmer, 2001.

- BOURDIEU, P. **O Campo Científico**. In Renato Ortiz, org. *Pierre Bourdieu - Sociologia*. São Paulo: São Paulo: Editora Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais.
- BOURDIEU, P. & WACQUANT L. 1992. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: The University of Chicago Press.
- COHN, C. **Antropologia da infância**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- CORSARO, W. **The Sociology of Childhood**. Thousand Oaks, California: Pine Forge Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Sociologia da infância**. 2. ed. Tradução de Lia Gabriele R. Reis. Revisão técnica de Maria Letícia B. P. Nascimento. Porto alegre: Artmed, 2011.
- DELEUZE, G. *A imanência: uma vida...* Publicado originalmente em **Philosophie**, nº 47, 1995. p. 3-7. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/7182897/Deleuze-Gilles-A-Imanencia-Uma-Vida>>
- \_\_\_\_\_. *O que as crianças dizem*. In: \_\_\_\_\_. **Crítica e Clínica**. Tradução de Peter Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997. p. 73-79.
- \_\_\_\_\_. *Gilbert Simondon, o indivíduo e sua gênese físico-biológica* [1966]. In: \_\_\_\_\_. **A ilha deserta**. São Paulo: Iluminuras, 2010.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs. Capitalismo e Esquizofrenia**. v. 1. Coordenação da tradução: Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo, Editora 34, 2000. Disponível em: <[http://www.ileel.ufu.br/lep/arquivos/textos\\_geral/Mil\\_Platos\\_1.pdf](http://www.ileel.ufu.br/lep/arquivos/textos_geral/Mil_Platos_1.pdf)>
- FOUCAULT, M. Isto não é um cachimbo. Tradução de Jorge Coli. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- \_\_\_\_\_. 1963 - *Prefácio à transgressão*. In \_\_\_\_\_. **Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos e Escritos III).
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2011.
- GUATTARI, F. *Pistas para uma esquizoanálise - os oito princípios*. In: \_\_\_\_\_. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

- JAMES, A.; JENKS, C.; PROUT, A. **Theorizing childhood**. Cambridge: Polity Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O corpo e a infância*. In: KOHAN, W. O.; KENNEDY, D. **Filosofia e infância: possibilidades de um encontro**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, p. 207-238, 2000.
- JAMES, A.; PROUT, A. **Constructing and Reconstructing Childhood: contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood**. London and New York: RoutledgeFalmer, 2007a (1. ed. 1997).
- JENKS, C. (org.). **The Sociology of childhood. Essential readings**. Brookfield, VT: Gregg Revivals, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Constituindo a criança*. In: **Revista Educação, Sociedade e Culturas**, n. 17, 2002. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC17/17-arquivo.pdf>
- \_\_\_\_\_. *Childhood and Transgression*. In: QVORTRUP, J. **Studies in modern childhood**, Palgrave, MacMillan, 2005b, p. 115-127.
- MAGRITTE, R. **Ceci n'est pas une pipe**. 1929.
- MANNHEIM, K. *The sociological problem of generation*. In: \_\_\_\_\_. **Essays on the sociology of knowledge**. Londres: Routledge and KEGAN Paul LTD, 1952. p. 286-322.
- \_\_\_\_\_. *O problema sociológico das gerações*. In: FORACCHI, M.; MANNHEIM, K. São Paulo: Editora Ática, 1982 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 25). p. 67-96.
- MONTANDON, C. *Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa*. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 112, p. 33-60. mar./2001.
- PROUT, A. **The future of childhood: towards the interdisciplinary study of children**. London and New York: RoutledgeFalmer, 2005. (The future of childhood series).
- \_\_\_\_\_. *Reconsiderando a nova Sociologia da Infância*. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 729-750, set./dez./2010.
- QVORTRUP, J. “*Nine theses about “childhood as a social phenomenon”*”. In: QVORTRUP, J. (ed.). **Childhood as a social phenomenon: lessons from an international project**. Eurosocal Report 47. Vienna: European Centre, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Childhood matters: an introduction*. In: QVORTRUP, J. et al. (org.). **Childhood Matters. Social theory, practice and politics**, Avebury: European Center of Viena, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Childhood Exclusion by Default*. In: QVORTRUP, J. Working Paper 9. **Child and Youth Culture**. Odense University Printing Office, 1999. Disponível em: <[http://static.sdu.dk/mediafiles/Files/Information\\_til/Studerende\\_ved\\_SDU/Din\\_uddannelse/Kultur\\_og\\_formidling/WorkingPapers/09\\_ChildhoodAndSocietalMacrostructures%20pdf.pdf](http://static.sdu.dk/mediafiles/Files/Information_til/Studerende_ved_SDU/Din_uddannelse/Kultur_og_formidling/WorkingPapers/09_ChildhoodAndSocietalMacrostructures%20pdf.pdf)>

- \_\_\_\_\_. *Sociology of childhood: conceptual liberation of children*. In: MURITSEN e QVORTRUP. **Childhood and children's Culture**, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Varieties of childhood*. In: \_\_\_\_\_. **Studies in modern childhood**, Palgrave, MacMillan, 2005a.
- \_\_\_\_\_. *O pequeno "s" e as perspectivas para os estudos da infância*. In: **Anais da Conferência Internacional CHILDHOODS**. Junho 29 - Julho 3. Oslo, 2005b.
- \_\_\_\_\_. *Macro-análise da infância*. In: CHRISTENSEN, P.; ALLISON, J. (org.). **Investigação com crianças: perspectivas e práticas**. Porto: Paula Frassinetti, 2005c, p. 73-96.
- QVORTRUP, J.; CORSARO, W.; HONIG, M. S. **The palgrave handbook of childhood studies**. London: Palgrave Macmillan, 2009a.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental, transformações contemporâneas do desejo**, São Paulo, Estação Liberdade, 1989.
- VEYNE, P. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Foucault, o pensamento, a pessoa**. Lisboa: Ed. Texto e Grafia, 2009.
- VIRNO, P. *Multidão e princípio de individuação*. Tradução de Leonardo R. Palma. In: **Lugar Comum**, n. 19, p. 27-40, s/d. Disponível em: <[http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/113003120835Multid%C3%A3o%20e%20princ%C3%ADpio%20e%20individua%C3%A7%C3%A3o%20-%20Paolo%20Virno.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120835Multid%C3%A3o%20e%20princ%C3%ADpio%20e%20individua%C3%A7%C3%A3o%20-%20Paolo%20Virno.pdf)>
- WOODHEAD, M.; FAULKNER, D. Sujeitos, objetos ou participantes? Dilemas da investigação psicológica com crianças. In: CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. (Orgs.). **Investigação com crianças perspectivas e práticas**. Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. Porto: 2005.